

CNJ anuncia as Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2024

06/12/2023

Em 2024, os tribunais brasileiros perseguirão 11 metas para garantir à sociedade um serviço mais célere, eficiente e de qualidade. No encerramento do 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário (ENPJ), o presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, anunciou as Metas Nacionais do Poder Judiciário, desenvolvidas anualmente e aprovadas de maneira participativa desde 2016.

O presidente do CNJ destacou que as metas aprovadas resultaram de um processo de cooperação e de colaboração da Rede de Governança do Poder Judiciário, sob a coordenação do CNJ, das reuniões setoriais dos ramos de Justiça e de debates entre presidentes de tribunais. “A participação de todos para equacionar nossos problemas faz muita diferença”, afirmou Barroso, que anunciou também que haverá reuniões periódicas com tribunais estaduais, federais e trabalhistas para avançar nas pautas propostas.

A Meta Nacional 1 (julgar mais processos do que os distribuídos) e a 2 (julgar processos mais antigos) foram mantidas. Elas são metas de monitoramento contínuo durante todo o período de vigência, em razão da sua importância para o controle do estoque de demandas do Poder Judiciário. “Destaco que, para a Meta 2, considerando as características dos seus acervos processuais, cada segmento de Justiça aprovou as especificações para cumprimento em 2024”, disse o ministro Barroso. Dessa forma, no ano que vem, o compromisso é que a Justiça Estadual, a Federal, a Militar e a Eleitoral, o STJ e o TST buscarão julgar a totalidade dos processos nos marcos fixados por esses segmentos.

Sobre a Meta 3 (estimular a conciliação), o ministro reforçou sua relevância. “O advogado do futuro não será aquele que proporá belas ações, mas aquele que evitará a propositura das ações com a capacidade de negociação.” A Meta 4 prevê prioridade para o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

Sobre a Meta 5 (reduzir a taxa de congestionamento), Barroso afirmou: “Teremos muito empenho para enfrentar o congestionamento causado na Justiça Federal pelas ações contra o INSS, que é um problema que estamos tentando equacionar, e, na Justiça estadual, sobretudo as ações envolvendo a execução fiscal.”

Também foram mantidas a Meta 6 (priorizar o julgamento das ações coletivas); a 7 (priorizar o julgamento dos processos dos recursos repetitivos); a 8 (priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres); e a 9 (estimular a inovação no Poder Judiciário).

Uma novidade para 2024 é o acréscimo, na Meta 10, dos esforços para solucionar os casos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e quilombolas à meta que é impulsionar os processos de ações ambientais. E foi mantida a Meta 11, que vai estimular a promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Corregedoria

Por videoconferência, o corregedor nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão, também elogiou a importância do trabalho desenvolvido para “debelar 81 milhões de processos pendentes”. “São várias, mas cabe a cada um de nós verificar, no âmbito de nossa atribuição, contribuir para diminuir esse volume extraordinário que nós temos e que nos coloca como um dos maiores volumes de trabalho do planeta e também um Judiciário com o maior desempenho do planeta.”

Ele informou que as metas específicas das Corregedorias-Gerais de Justiça serão apresentadas na próxima semana, durante o 8º Fórum Nacional das Corregedorias (Fonacor). Em sua oitava edição, o evento reunirá, no próximo dia 13, todos os corregedores-gerais do Brasil para anunciar as metas e diretrizes estratégicas para o ano de 2024 das

Alexandre Araujo



Presidente do CNJ, Barroso destacou a colaboração entre diversos ramos da Justiça



Corregedorias dos tribunais. O evento também tem como objetivo fazer a entrega o Prêmio Corregedoria Ética, criado pelo Provimento CN/CNJ 154/2023. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-dez-06/cnj-anuncia-as-metas-nacionais-do-poder-judiciario-para-2024/>